



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PEDAGOGIA**

LIDIO DOS SANTOS FILHO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE
NEOLIBERALISMO**

SALVADOR
2012

LIDIO DOS SANTOS FILHO

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE
NEOLIBERALISMO**

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Menandro Ramos

SALVADOR
2012

LIDIO DOS SANTOS FILHO

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE NEOLIBERALISMO

Monografia apresentada ao Curso de graduação em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Aprovada em outubro de 2012.

Banca Examinadora

Menandro Ramos – Orientador _____
Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA.
Universidade Federal da Bahia

Cleverson Suzart Silva _____
Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia, UFBA.
Universidade Federal da Bahia.

Maria Cecília de Paula Silva _____
Mestre em Educação, pela Universidade Federal da Bahia, UFBA.
Universidade Federal da Bahia.

Aos meus familiares, amigos, colegas de caminhada e àqueles que sempre estiveram comigo, aos que já se foram e aos que ainda persistem ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Todos especiais a sua maneira.

Ao meu Orientador, o Prof. Menandro Ramos, por sua paciência e sapiência diante das minhas incertezas, e por suas palavras de incentivo, em meus momentos de pouca inspiração.

Aos meus grandes amigos de longas datas, Daniel Santos de Oliveira e Jorge de Souza Conceição Obrigado pelos diversos momentos de aprendizagens juntos, e também por acreditar em mim, até quando eu mesmo não acreditava. Obrigado, pelo apoio, e pela oportunidade de conhecer meus maiores referenciais de inteligência, dedicação aos estudos, caráter e respeito à vida.

Aos meus professores da FACED\UFBA, por me propiciarem diversos e inesquecíveis momentos de aprendizagem.

Aos meus grandes amigos Nelson, Caitano e Nilton, pela cumplicidade nos momentos difíceis ao longo desse período.

A minha mãe Maria Ramos e toda minha família pelo apoio e pela fé depositados em mim, e pelo brilho nos olhos, que jamais mim permitiram pensar em desistir de minhas convicções.

Aos meus grandes amigos Miguel Dourado e Daniel Pinheiro, pelos ensinamentos e pelas correções necessárias a normatização desse trabalho.

Aos meus professores do ensino primário e secundário ao longo da vida, Ricardo Macêdo, Edite Diniz, Mayume, Nilza, Genilza, Maria Ramos...

A Deus, pela dádiva da vida e por ter mim ofertado sabedoria para tomar as decisões certas, e também saúde e perseverança para correr atrás dos meus objetivo.

Deve-se lidar com a complexidade, partindo-se do princípio de que essa palavra vem do latim, *complexus*, que significa “tecer junto”. Assim será mais viável a superação das incertezas da travessia.

Niskier, 1999.

RESUMO

Compreendemos que essa Monografia tem como finalidade estudar os caminhos e descaminhos traçados pela educação a distância em Nosso País, para que possamos assim, compreender um pouco o atual contexto educacional brasileiro, onde esta se apresenta bastante difusa. Para realização de tal tarefa, utilizamos uma metodologia de caráter qualitativo e bibliográfico. Num primeiro momento, achamos interessante trazer a luz, as faces da relação entre a educação e as tecnologias, a fim de entendermos um pouco, como se dar essa relação dentro do contexto da educação a distância. Em um segundo momento, suscitamos a ideia de que a realização de uma relação estruturante entre a educação e as novas tecnologias da informação e comunicação é algo possível de se construir. Em seguida, buscamos elucidar o quanto possível, o conceito de educação, e junto a isso, traçamos um breve histórico das práticas de educação a distância, para que dessa forma, possamos estabelecer um contexto, onde possamos compreender que a importância social deste elemento dentro dos processos educativos, pode ser mais benéfico a todos, que seu viés econômico. Em um terceiro momento, inserimos a discussão principal do trabalho, na qual buscamos, através de uma ótica mais crítica, abordar os principais transformações provocados pela adoção dos processos de educação a distância em nosso sistema educacional, e de sua legitimação como instrumento neoliberal de erradicação do déficit educacional brasileiro. Em seguida falamos um pouco da realidade da educação a distância na sociedade brasileira, e por último, fizemos nossas considerações a respeito desse contexto.

Palavras-chave: Educação a Distância. Neoliberalismo. Tecnologias da Informação. Comunicação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| BM | Banco Mundial |
| EAD | Educação a Distância |
| GEC | Grupo de Pesquisa em Educação Comunicação e Tecnologias |
| IP | Protocolos de Internet |
| IRDEB | Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PRONTEL | Programa Nacional de Teleducação |
| TIC | Tecnologias da Informação e Comunicação |
| UCA | Um Computador por Aluno |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 09 |
| 2 | AS FACES DA RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS | 14 |
| 3 | UM RELAÇÃO ESTRUTURANTE É POSSÍVEL..... | 19 |
| 3.1 | HISTÓRIA E CONCEITO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA | 22 |
| 3.2 | MÚLTIPLAS IDENTIDADES E DIVERSIDADES PRÓPRIAS | 29 |
| 3.3 | A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA REALIDADE BRASILEIRA | 33 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| | REFERÊNCIAS | 43 |

1. INTRODUÇÃO¹

A literatura disponível sobre o assunto tem nos mostrado, que historicamente, o ensino a distância, tem se difundido de maneira bastante considerável em nossa sociedade. Vários são os fatores que contribuem decisivamente, para essa difusão tão acentuada, do ensino a distância em nossa sociedade, mas nenhum fator tem se mostrado tão decisivo para o aumento dessa migração dos processos educativos, para a modalidade de educação a distância, quanto o fator econômico, que personificado em suas grandes corporações multinacionalizadas, viu também, na educação, uma grande possibilidade de aumentar os seus lucros.

Motivados *a priori*², pela possibilidade de preencher uma grande lacuna existente na história da educação no cenário educacional brasileiro, a adoção dessa modalidade de ensino, aparece como uma forma de permitir o acesso, a uma enorme parcela de indivíduos, que por diversos fatores, jamais tiveram acesso aos espaços formais de educação, ou então desejam dar continuidade aos estudos, mas não possuem disponibilidade de fatores, como tempo, acesso e custeio, só pra citar alguns.

Como sabemos, o viés ofertado pela adoção desta modalidade de ensino, é para uma grande parcela da sociedade, o único elemento capaz de possibilitar o acesso a uma formação escolar, pois em um momento histórico, onde uma grande quantidade de pessoas, engolidas pela vida social moderna busca outras formas de acessar uma formação, ela se apresenta como principal alternativa de suprimento dessa necessidade social. No entanto, isso pode tornar-se um tanto quanto temerário, na medida em que nossas exceções tendem a tornar-se vias de fato, em uma regra geral. Sem que para isso, tenhamos superado as etapas de adaptação que tal processo exige.

A capacidade de flexibilização dos processos educativos, apresentados pela educação à distância, é um fator preponderantemente decisivo, para sua legitimação enquanto elemento relevante nos processos educativos, no entanto, nossas experiências acumuladas ao longo dos últimos anos, como aluno do Curso de

¹ Dissertação normatizada conforme regras da Instituição e da Associação Brasileira de Normas Técnicas publicadas em 2012 (ABNT NBR 6024) e coletânea de 2011: ABNT NBR 6023, ABNT NBR 6027, ABNT NBR 6028, ABNT NBR 6034, ABNT NBR 10520, ABNT NBR 14724 e ABNT NBR 15287.

pedagogia dessa Faculdade de Educação e integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Comunicação e Tecnologias (GEC) , tem nos mostrado, que essa ainda não pode substituir a relação presencial corporificada na interação professor\aluno, que, por sua vez, ainda tem se mostrado insubstituível ao bom desenvolvimento do processo educativo.

No cenário atual da educação brasileira, onde, o protagonismo parece estar cada vez mais a cargo desses novos elementos tecnológicos, sobretudo, no que diz respeito, aos elementos mais imprescindíveis ao atual processo, como é o caso dos Protocolos de Internet (IP), já que esses são atualmente, controlados por oligopólios da telecomunicação, compreendemos, ser de suma importância, para a construção de um melhor entendimento deste fenômeno, e também, de diversas mudanças que estão ocorrendo na educação brasileira, que formulemos, os questionamentos que se fazem necessários acerca dessa modalidade de ensino.

É com a finalidade de alcançar tal objetivo, que construímos nossos esforços nesse trabalho, no sentido de compreender quais são os fatores estruturais, que contribuem para a adoção tão acentuada desta modalidade de ensino na educação brasileira. Baseado nas premissas trazidas pela exposição do problema diagnosticado dentro do atual cenário social, e sobretudo, no âmbito da educação brasileira, é que surge o objetivo geral desse trabalho. Que, como já sinalizamos anteriormente, tem como finalidade principal, reunir um referencial bibliográfico, que possa contribuir para a compreensão dos elementos que estruturam a adoção da Educação a Distância no atual cenário educacional brasileiro.

Assim, com a finalidade construir as bases necessárias à realização do nosso objetivo geral, é que estruturamos os nossos objetivos específicos:

- a) O primeiro, objetivo específico desse trabalho, é traçar um breve histórico da educação a distância, para que possamos, dessa forma, sinalizar a contribuição de alguns fatores tecnológicos, políticos e econômicos, que determinaram os rumos da educação a distância no Brasil;
- b) Demonstrar, a partir da contribuição de alguns autores, que é possível construir uma relação de equilíbrio entre a educação e as TIC.

² Cf. ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução Alfredo Bossi. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

- c) Mostrar, a partir da contribuição de alguns autores, um panorama da situação do processo de legitimação da educação a distância, no atual cenário educacional brasileiro.

Acreditamos que essa pesquisa se faz necessária, na medida em que, no momento atual, presenciamos em nosso país, uma escalada sem precedentes, dos elementos que compõem a legitimação indiscriminada da educação a distância no Sistema de Ensino deste País. Envolve a isso, presenciamos durante os últimos anos, principalmente após, o surgimento da convergência digital, um agregado enorme, de elementos, que contribuem categoricamente, para a expansão da educação a distância no Brasil, que, em continuando no ritmo que está, em breve, esta modalidade de educação, tomará a dianteira das práticas educacionais em nosso país. Pois no momento histórico, em que um oligopólio formado por apenas quatro empresas, dominam 90% do acesso a banda larga no país, (CORTEZ, 2011), e apenas seis grupos nacionais de televisão: Globo, SBT, Bandeirantes, Record, CNT e REDETV, controlam 667 veículos midiáticos no país: sendo 304 canais de TV, 304 canais de rádio, e 50 jornais diários (PRETTO, 2006), há de se convir, mas do que nunca, que fatores econômicos e políticos, imbricados de forma silenciosa em meio a esse processo de adoção da EAD no Brasil, tem nos dado indicativos, de que se faz necessário, por parte de nós educadores, a construção de trabalhos bibliográficos desta natureza, que nos deem respaldo, na construção de um pensamento reflexivo sobre a realidade educacional, na qual estamos emergidos.

Sobre isso, comungamos com a opinião de Kato, Santos e Martins (2010) quando dizem que a apropriação de conhecimentos e conteúdos historicamente acumulados, é condição *sine qua non*³, para o real processo de democratização da educação e da emancipação social. No entanto, vale ressaltar, que com o atual processo de disseminação da modalidade de EAD no Brasil, tende a se consolidar uma mudança no foco de ensino: passa-se da ênfase nos conteúdos, para priorizar-se agora, a metodologia. Assim sendo, evidenciam-se estreitas relações entre a expansão de cursos a distância, e os interesses políticos hegemônicos característicos, do recente período de reformas no campo educacional (KATO;

³ *Sine qua non* ou *conditio sine qua non* é uma expressão que originou-se do termo legal em latim que pode ser traduzido como “sem a/o qual não pode deixar de ser.

SANTOS; MARTINS, 2010). Em consonância a isso, vale destacar, a importância da legitimação desse processo, por parte dos Documentos Legais, que já na Declaração Mundial sobre Educação para Todos – manifesto mundial sobre os rumos da educação para o século XXI, realizada em 1990 na Cidade de Jomtien, já anunciava-se nos artigos 2 e 5 desse documento, a necessidade da criação de novas modalidades de educação, com vistas ao cumprimento do compromisso pela educação básica para todos. Mas o fato, é que as bases legais para a implantação da modalidade de educação à distância no Brasil, já foram construídas ao longo de todos esses últimos anos, e podem ser observadas em diversos documentos, como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394\96), o Plano Nacional de Educação (PNE), o Decreto de nº 5.622\2005, e mais recentemente, pela portaria Normativa nº 40\2007. São documentos legais de grande importância, para a regulamentação dos processos educativos, que infelizmente, possuem no geral, redações muito confusas, e muitas vezes ambíguas, o que oferece margem, para que inúmeras questões relacionadas as políticas e aos processos educativos, sejam distorcidos, e, de forma intencional ou não, conduzidos de maneira equivocada.

Fétizom e Minto (2010 apud FLORESTA; SILVA JUNIOR; SOUZA, 2010), acreditam, que o tema Educação a distância, tem se constituído em uma seara bastante confusa, sobretudo, devido a polarização entre duas visões igualmente ideológicas e apaixonadas: uma que defende a adoção da educação a distância, como forma democrática, moderna e oportuna, de levar o conhecimento a todos (...) e outra, que advoga a adoção da educação a distância, apenas e tão-somente, como forma alternativa, portanto complementar, de auxiliar no ensino presencial.

Trabalhos desta natureza possuem sua importância, na medida em que desmembram as potencialidades, desses dois modelos, mas infelizmente, limitam-se a discussão relacionada ao dualismo existente na utilização dos elementos que constituem a modalidade de ensino a distância, expõem fatores evidentes, de ligação entre a legitimação da EAD no Brasil, através dos Documentos Legais, nos alertam para o perigo suscitado pela concentração oligopolista das mídias digitais e massivas, mas têm se mostrados incapazes de suscitarem a construção de uma terceira alternativa de discussão, capaz de incluir as duas possibilidades anteriores, numa nova perspectiva educacional, social, criticamente e exaustivamente

analisadas em todas as suas possibilidades e potencialidades, e acima de tudo, verdadeiramente democrática.

Longe, de defender, aqui, uma postura pretensiosa, no sentido de construir tal discurso, justifico esta escrita, apenas no sentido de defender a importância do enriquecimento bibliográfico em torno de tal discussão, e o corpo desse texto, se estrutura prioritariamente neste sentido.

Com a elaboração dessa pesquisa, buscamos preencher uma lacuna ainda existente na literatura relacionada ao tema, na medida em que observamos que tais escritos, ainda se restringem ao dualismo existente, no modo de utilização do ensino a distância, quando de fato, não percebi, que tal dualismo, é apenas para desviar a atenção do foco em cerne, que é o do uso e legitimação desenfreada de ambos.

Quanto aos meios de busca dos resultados almejados nessa pesquisa, vale ressaltar, que a mesma possui um cunho bibliográfico, de caráter qualitativo, onde, para os devidos fins, nos utilizamos da leitura de textos impressos e eletrônicos, bem como, de conversas informais com professores, colegas e meu orientador.

2. As FACES DA RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS

Estabelecer um entendimento plausível com relação aos elementos que definem os caminhos e descaminhos que constituem o processo de educação, e, sobretudo, o processo histórico de educação a distância no Brasil e no mundo, passa também, por um entendimento necessário, dessa relação entre as tecnologias e os processos educativos ao longa da história da humanidade, e também, por um entendimento sobre as composições dessa relação no atual cenário social, fervilhante e envolto a uma revolução tecnológica sem precedentes.

Precisamos mais do que nunca, nesse momento, compreender nossa história, para que possamos dar os passos certos, nessa nova realidade, onde as inovações são instantâneas, e as possibilidades de erros são infinitamente maiores que em tempos passados.

Para Bonilla (2005), é no contato com as tecnologias que os sujeitos vão tomando conhecimento dos diferentes sistemas simbólicos, tematizando e compreendendo seu contexto, o que não se efetiva num curto espaço de tempo, nem se restringe a uma alfabetização digital. Para isso, uma educação de qualidade é fundamental. Educação, que acreditamos, está atrelada a uma relação de equilíbrio entre todos os fatores socialmente éticos, que contemplem a todos, com o acesso aos avanços tecnológicos, políticos e econômicos de forma igualitária.

Segundo Kenski (2004), nessa relação, não resta ao sujeito, apenas adquirir os conhecimentos operacionais para poder desfrutar das possibilidades interativas com as tecnologias. Para essa autora, o impacto das novas tecnologias, reflete-se de maneira ampliada sobre a própria natureza do que é ciências, do que é conhecimento. E com isso, exige uma reflexão profunda sobre as concepções do que é o saber e sobre as formas de ensinar e aprender.

Sobre isso, Alves (1998), diz que, a interação com as tecnologias exige uma nova compreensão do mundo, emergindo um novo tipo de inteligência que contemple a pluralidade, a complexidade, as diferenças e as ambiguidades dos sujeitos, possibilitando assim, a participação, a colaboração, a multiplicidade das visões de mundo, enfim, uma maior interatividade que se caracteriza pela dimensão comunitária, pela reciprocidade, criação e interferência por parte dos indivíduos.

Para tanto, Bonilla (2005, p. 21) diz que:

As TICs, mais de que um simples avanço no desenvolvimento das técnicas, representam uma virada conceitual, a medida que essas tecnologias não são mais apenas uma extensão dos sentidos humanos, onde o logos do fazer, um fazer mais e melhor compõe a visão do mundo. As tecnologias da informação e da comunicação, são tecnologias intelectuais, pois ao operarem com proposições, passam a operar sobre o próprio pensamento, um pensamento, que é coletivo, que se encontra disperso horizontalmente, na estrutura em rede, da sociedade contemporânea.

Portanto, como principais “nós” dessa rede, asseguramos antes de tudo, que conceber a relação educação e tecnologias de forma a abarcar a necessidade social que essa concepção exige, é primeiramente concebê-la da forma mais lúcida possível, tendo em vista, que as concepções predominantes na atual conjuntura social não têm acontecido de forma satisfatória, do ponto de vista de uma relação estruturante (PRETTO, 2006), necessária a esse cenário. Para tanto, acreditamos ser esse o princípio fundamental, para compreender tal relação e as formas como esta se dá em toda a sua totalidade, para que dessa forma, possamos compreender também todos os elementos subjetivos que constituem o desenrolar dessa relação em nossa sociedade.

Acrescentamos também, que a viabilidade disso, passa pela adoção de uma postura crítica, que nos permita estabelecer uma abordagem dentro de nossas práticas enquanto educadores, que antes de tudo leve em conta as questões políticas e socioeconômicas, que definem as formas e intensidades de acesso, tanto dos alunos, quando dos professores a essas novas tecnologias. Essa nova realidade na qual estamos inseridos nos leva a pensar, e por consequência, assumir a ideia de que, no momento atual da nossa sociedade, a nossa ação educativa nesse sentido, tende a se aproximar cada vez mais de uma construção social de caráter agregador e ao mesmo tempo crítico, que leve em conta todas essas questões, na medida em que nos aprofundamos cada vez mais em nosso mergulho, nessa nova realidade forjada pelos elementos que compõem a sociedade da informação, e em suas múltiplas possibilidades de construção colaborativa do conhecimento (AMADEU, 2005). Sobre isso, Morim (1998), acredita, que quanto mais informações, mais comunicação, mais ideias, mais complexidade, mais possibilidades de mergulharmos nessa “nuvem” de conhecimento. Bonilla (2005) acrescenta ainda, que a intensidade desse mergulho aumenta as possibilidades de transformamos

esse conhecimento, de torná-lo criativo, de produzirmos novos conhecimentos e novas ações.

Nesse processo, não podemos negar o papel fundamental, a ser desenvolvido pelos processos educativos, sejam eles, a distância ou não. Estes só não podem se dá ao luxo de se abdicar, de uma prática reflexiva, sobre as ações desenvolvidas. Por isso, acreditamos que tal aprofundamento, deve levar em conta não só as questões instrumentais, mas também todos os elementos estruturantes que possibilitam a construção dos pilares de estruturação dessa inevitável relação entre a educação e as tecnologias. Tecnologias essas que em algum momento, se tornarão velhas, para que outras surjam e se incorporem ao processo, e assim, contribuam cada uma a seu modo, para construção desse fenômeno social chamado produção de conhecimento.

Em uma das diversas parcerias, os professores Nelson Preto e Sergio Amadeu (2008, p.143), nos brindam com a afirmativa, de que:

Democratizar os processos comunicacionais passa a ser então uma das grandes tarefas da humanidade no século XXI. Em verdade, será o sucesso ou não dessa tarefa histórica, que medirá o grau de democracia das nossas sociedades.

No entanto, se não nos mostramos capazes de fazer a mediação de maneira correta entre essas múltiplas possibilidades trazidas pela educação à distância, que surgem em todos os momentos históricos, desta sempre atrelada as tecnologias, sem jamais desprezar as contribuições trazidas pelos moldes historicamente legitimados de educação, possibilitando ao acesso as mais diversas camadas populares da sociedade, podemos estar contribuindo, para aumentar de maneira substancial, o grande abismo que já existe entre os incluídos e excluídos da sociedade. Portanto, como não desejamos de forma alguma, que tal cenário de exclusão se instaure ainda mais em nossa sociedade, buscamos canalizar nosso otimismo, no sentido de fomentar cada vez mais as possibilidades positivas que a relação entre a sociedade e as tecnologias, e dessas com a educação, pode nos oferecer.

Sobre isso, vale ressaltar, que o bom desenvolvimento de tal processo prescinde, por parte de todos, da aquisição de uma visão crítica, que nos impeça de assumir uma postura positivista sobre esse cenário, evitando, que possamos

reproduzir de forma inconsciente, ou não, as velhas características de educação tradicionalista, chamada por Paulo Freire (1996), de educação bancária. Que, como sabemos, nasce com o objetivo de manter o “*status quo*”, o que nos leva a crer, que qualquer elemento atrelado a esse processo, de forma aleatória, não resultará em nenhuma revolução de caráter emancipador, pois, infelizmente, os exemplos referenciados a vertente educacional atrelada a esse processo, tem nos mostrado que pode contribuir de forma direta, para a efetivação dos resultados obtidos com a aproximação entre a educação e as tecnologias o longo da nossa história. Para nossa surpresa, ou não, esses resultados não têm sido muito animadores. Um dos principais fatores, refere-se a própria concepção que se vem agregada a esse elemento tecnológico no momento em que o mesmo é incorporado ao cenário educacional, por intermédio de nossos agentes políticos e suas ações equivocadas. Apesar de se observar ultimamente no Brasil, uma política muito forte no sentido de incentivar os processos de aproximação entre a educação e as tecnologias, encabeçadas pela inclusão digital, através de telecentros, infocentros e informatização das escolas e também, da adoção de programas como UCA (Um Computador por Aluno), Tablets na escola, dentre outros programas já obsoletos. Há de se convir, que quando está se falando de pacotes prontos para a educação, implantados de cima para baixo, devemos concordar, que tais pacotes têm se mostrado um tanto quanto, ineficazes, na medida em que se projetam erroneamente, sobre um ideal positivista, que parecem acreditar na superação dos problemas estruturais da nossa educação, a partir da implantação pura e simples dessas novas tecnologias digitais ao processo de ensino-aprendizagem formal. E de maneira formal, enquadrando e restringindo as formas de acesso e utilização, apenas ao que alguns consideram ser o ideal. Sobre isso, Bonilla (2005, p.183), diz que:

Circula também uma percepção de que o foco de ação das políticas públicas na área de educação é a transformação das práticas escolares. Em alguns casos, esse imaginário, e essa percepção auxiliam a repensar os projetos e implementar novas práticas. Em outros, o foco recai no poder transformador das tecnologias em se, e em lugar de repensar os processos pedagógicos, acaba ocorrendo um processo de formatação das tecnologias ao modelo pedagógico da tecnologia do lápis e do papel.

Sendo assim, podemos dizer que o que observamos, na realidade, encontra-se em total consonância com a segunda observação trazida por Bonilla, o que

significa dizer, que tal processo nada mais é que a pura e simples tentativa de pedagogização desses novos elementos tecnológicos. Fator que indica claramente, o quanto essa vertente de atuação encontra-se seriamente equivocada frente às necessidades que tal realidade exige. De fato, a única coisa a ser comemorada, é a certeza de que, mesmo de forma errada, essas tecnologias acabam chegando às mãos de nossos alunos, autores principais desse espaço de transformações, que mesmo de forma subversiva, e a contra gosto da maioria, estão construindo uma didática paralela a dos espaços escolares, e construindo assim, individualmente, ou em grupos, uma relação mais estruturante com esses novos elementos tecnológicos. Como medida de posição crítica com relação a esses pacotes prontos, apresentados como a salvação das nossas dificuldades educacionais, vale dizer que esses já trazem em si o cerne de seu próprio fracasso, pois na medida em que se apresentam fechados, impossibilitam que alunos, professores e os mais diversos atores da educação, possam interagir, e se apropriar de forma participativa e crítica, da tarefa de colocar em prática as diretrizes que norteiam as ações desses projetos. Agindo dessa forma, sob uma perspectiva estritamente formativa, as tecnologias acabam por contribuir, para a efetivação de ações que ajudam a torná-las cada vez mais rapidamente obsoletas no ambiente escolar. Todavia, tendo em vista, que os atores educacionais, ao receberem tais pacotes prontos, não são em hipótese alguma, oportunizados, a construir os questionamentos necessários ao entendimento de ações que nos induzam a interagir de forma estruturante, (PRETTO, 2006) na relação com as novas tecnologias nos ambientes escolares e nos mais diversos espaços de aprendizagens, compreendemos ser ainda muito longo, o caminho a ser percorrido, no sentido de provocar melhorias significativas nessa relação.

De fato, podemos perceber que é preciso mudar muita coisa para enfim, transformar esse cenário de atraso em nosso processo de distribuição de renda, no qual está inserida tal exclusão digital, a exclusão tecnológica, enfim, todas as exclusões sociais, das quais sofremos enquanto cidadão da periferia mundial. Desde as concepções de implantação dos programas governamentais, passando pela formação de mentalidade da nossa sociedade, detentora de uma cultura de corrupção, pela qual se vão boa parte de nossas possibilidades de ascensão, e até mesmo a nossa própria legislação, o que percebemos é uma série de equívocos que emperram cada vez mais esse processo.

3. UMA RELAÇÃO ESTRUTURANTE É POSSÍVEL

No início da década de noventa, foi inaugurada uma nova era, na educação baiana, segundo alguns autores, uma revolução silenciosa se iniciava naquele momento. Por intermédio da Faculdade de Educação da UFBA, que neste momento adquirira seus primeiros computadores, e por meio de uma disciplina denominada Introdução à Informática na Educação, começava de forma tímida, mas consistente, a introdução de uma prática efetiva, que tentava atender a uma demanda crescente, no sentido de estabelecer de forma sistemática e gradativa, o estreitamento cada vez mais inevitável dessa relação entre a educação e as novas tecnologias digitais da microinformática (PRETTO, 2005).

A partir desse momento, observamos intensificarem-se cada vez mais as discussões acerca do verdadeiro papel a ser desenvolvido por essas tecnologias no cenário educacional como um todo, mas, sobretudo, no que diz respeito à formação dos nossos currículos e na formulação das nossas políticas educacionais. Durante todo esse tempo, observamos no âmbito geral da sociedade, mas principalmente, no âmbito da Faculdade de Educação da UFBA, o aumento considerável das discussões acerca dessas possibilidades enriquecedoras dos processos educativos e das discussões que contribuem para o aumento do referencial teórico fundamental ao desenvolvimento desse tema tão atual na contemporaneidade. Podemos sinalizar como algo positivo, o cenário observado dentro dessa instituição, onde o processo de transformação, provocado pela inserção de novos elementos ao processo já sedimentado, está sendo acompanhado de momentos e espaços de discussão, que tem como objetivo, refletir sobre essa nova realidade. Sem dúvidas, apontamos para um saldo positivo neste cenário. Pena, que isso não tem acontecido de forma tão abrangente como gostaríamos. E a verdade, é que até mesmo dentro da realidade descrita, essa discussão não tem assumido a profundidade necessária a mudança de mentalidade dos nossos atores educacionais.

Ao utilizar as tecnologias, sejam elas um vídeo ou um software educativo, de forma instrumental, apenas para substituir a aula, e “matar o tempo” o professor perde a oportunidade de aproveitar esses elementos no sentido de contribuir para o estabelecimento de uma comunicação interativa entre alunos e professores, no debate de diferentes aspectos, e na construção de infinitas possibilidades, incitando investigações, enriquecendo as práticas, aguçando o imaginário do aluno, e

possibilitando com essa atitude, que se abra o espaço em sala de aula, para o surgimento das mais diversas possibilidades de construção estruturante do conhecimento. Infelizmente, nossos professores continuam em sua grande maioria, cometendo o equívoco de usar essas tecnologias digitais apenas de forma instrumental, não percebendo que dessa forma contribui o apenas para o seu próprio processo de desintermediação no movimento contínuo de construção do conhecimento dentro do atual contexto educacional. Infelizmente, impulsionados por diversos fatores relacionados à sua própria formação para o exercício da tarefa educativa, essa forma de utilização das tecnologias na educação, tem se tornado bastante difusa na prática docente de nossos profissionais. No entanto, é preciso atentar para a adoção de outras possibilidades de se trabalhara inserção dessas tecnologias na educação. Uma possibilidade muito interessante é a vertente trazida por Pretto (2006). Esse ator, nos fala especificamente das TIC (Tecnologias de informação e comunicação) na educação, por isso acreditamos, que suas ideias fundamentam nossos pensamentos sobre o referido tema.

Pretto (2006) acredita na utilização das TIC como fundamento, ou seja, como elemento estruturante, capaz de possibilitar ao indivíduo que incorpore novas formas de ser, de pensar e de agir frente aos desafios que a sociedade lhe oferece. Na visão desse autor, o uso das tecnologias como fundamentação estruturante, não impede que estas sejam usadas também de forma instrumental, pois tal utilização se faz necessário para a realização de algumas atividades construtivas específicas. No entanto, vale ressaltar, que para Nelson Pretto, o inverso dessa ação é algo impossível, pois é improvável, que o uso das tecnologias apenas como instrumento, seja capaz de anteceder seu uso como forma de fundamentação estruturante.

Quando se alicerça sobre relações estruturantes, a educação passa a desenvolver um papel fundamental, pois quando essa se desenvolve aliada às políticas públicas necessárias, pode facilmente ultrapassar os muros da escola, e adentrar outros espaços sociais, ganhar corpo em todas as esferas públicas possíveis, e contribuir para o fortalecimento de ideias e elementos de caráter ético e cultural dos mais diferentes coletivos humanos. E essa perceptiva não pode ser imaginada a partir de um uso instrumental, pois o uso mecânico desses elementos tecnológicos não nos permite ir além de ações restritivas, repetitivas e incapazes de transformar o indivíduo em sua essência. A educação não pode ficar refém de usos indevidos de elementos alheios subentendidos. E utilizar as tecnologias na

educação, apenas porque esta pode tornar os processos mais práticos, mais atraentes e mais baratos, é definitivamente um erro muito grande.

Não nos restam dúvidas de que a educação é de fato, o espaço de re-significação, de construção, e também de reconstrução do conhecimento, e da nossa relação com o mesmo. No entanto, sabemos que o desfecho satisfatório desse processo, que coloca frente a frente às formas de se fazer educação, e todas essas possibilidades tecnológicas, vão ficar de certa forma, vinculado a nossa ação diante desse novo desafio que nos é imposto.

Não é difícil perceber que essa perspectiva idealizada e trazida sobre o uso das tecnologias na educação, possui mais consonância com a realidade das relações estabelecidas entre as novas gerações e as tecnologias digitais. Isso se torna cada vez mais perceptível na medida em que observamos a forma com que essas gerações se apropriam das tecnologias e da maneira estruturante, como constroem suas relações e a partir dessas, produzem cultura e reconstróem sua própria realidade. No entanto, assumir uma atitude positivista sobre a realidade social imposta, pode ser um erro.

No entanto, achamos um equívoco, imaginar, que na sociedade contemporânea em que vivemos, ainda podemos encarar as discussões que permeiam todas essas questões relacionadas a construção e difusão do conhecimento, como se esse ainda se estruturasse a imagem e semelhança das antigas civilizações, onde este era forjado sob um território fechado, restritivo e linearizado. Precisamos entender, por definitivo, que não estamos mais vivendo nas antigas civilizações, onde o objeto do conhecimento encontrava-se encarnado em alguns indivíduos, ou dispositivos analógicos pré-históricos. É fundamental o entendimento por parte de todos, que o conhecimento atual não mais repousa em poucas memórias vivas ou territórios fechados como em outrora acontecia. O conhecimento agora circula em um espaço aberto e de remixagens simultâneas que transformam e dão vida a uma inteligência coletiva em constante movimento. (PRETTO, 1999).

Assim,

[...] cada tecnologia, não pode ser vista apenas pelo seu viés instrumental. Elas introduzem um novo sistema simbólico para ser processado, reorganizam a visão de mundo de seus usuários, impondo outros modos de viver, pensar e agir modificam hábitos cotidianos, valores e crenças,

constituem-se em elementos estruturantes das relações sociais. (BONILLA, 2005)

No entanto, temos plena consciência, de que de uma forma geral, as escolas surgem nesse cenário como único meio pelo qual, a criança pobre tem acesso às tecnologias digitais, portanto, é de fundamental importância, que essa instituição se conscientize de sua responsabilidade histórica para com as classes menos favorecidas. E na perspectiva de oferecer esse acesso de forma qualificada, busque constantemente, fazer as melhorias necessárias, para viabilizar tal questão. Não devemos aqui, de forma alguma, desqualificar a importância que uma formação instrumental oferece para os indivíduos, principalmente, se esse acesso é feito de forma tardia e precária, no entanto, não devemos nos contentar apenas com o mínimo, se temos a possibilidade de construir algo muito mais complexo e capaz de agregar a nossa formação um fator tão positivo e repleto de possibilidades, que apenas uma relação estruturante com as novas tecnologias nos permite.

3.1 HISTÓRIA E CONCEITO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Achamos pertinente, colocar esses dois elementos, em um único espaço de discussão, por julgarmos que ambos se complementam. Pois acreditamos que um conceito, enriquece o seu significado, a partir do momento em que podemos observar na prática, a personificação de suas projeções teóricas. Para MorIn, (1998) especialista em projetos inovadores de educação no Brasil, a Educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. Definição plausível, mas ainda aquém da definição oficial, que acredita que esta é:

[...] uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação (BRASIL, 1998).

Com forte tendência a vincular a historiografia da Educação a Distância, a uma contemporaneidade, dando uma falsa impressão, de que o surgimento da mesma está atrelado, ao surgimento das novas tecnologias da informação e comunicação (OLIVEIRA, 2006). Fator preponderantemente creditado à biografia

relacionada ao tema, que insiste em ocultar um caráter mais primitivo, e, infelizmente, quando o faz, essa correlação acontece de forma esporádica.

Na contemporaneidade, é possível perceber, que essa modalidade de educação encontra-se fortemente atrelada ao elemento tecnológico, o que, a priori, pode nos fornecer uma falsa ideia de que estamos falando de algo essencialmente novo na história da humanidade. No entanto, apesar dessa forma de fazer educação, encontrar-se notoriamente vinculada às tecnologias digitais, no momento atual, não é essa visão de realidade que pretendemos positivar aqui. Sabemos que em se tratando de uma história complexa com a história da educação a distância, seria algo praticamente impossível, tratar desse tema, sem falar das tecnologias digitais, no entanto, compreendemos, que esse fator se apresenta como o principal norteador das ações relacionadas ao advento intensivo da Educação a Distância, no atual contexto histórico, o que nos coloca reféns de uma realidade que precisa, urgentemente, de uma revisão sobre os reais elementos a serem colocados como prioridades no trato dessa relação.

O elemento tecnológico trazido aqui tem a finalidade insurgente, de não se ater apenas a uma forma específica de enquadramento das possibilidades que essa modalidade educativa nos proporcionou ao longo da história humana. As formas até aqui vistas, de utilização dessas possibilidades, estão sendo colocadas no sentido de substituir os moldes tradicionais, o que certamente, vai de encontro, a uma predominância até então vista nessa área, que até esse momento histórico, podíamos observar uma complementação entre esses elementos, que com o passar do tempo, vem evoluindo para uma nova realidade, no qual, os avanços tecnológicos, vinculados a uma realidade social favorável, onde as relações pessoais se tornam cada vez mais distantes, e as pessoas dispõem cada vez menos de tempo livre para fazer atividades relacionadas a sua formação, contribuem de forma significativa para que legitimemos alguns fatores ainda passíveis de uma melhor reflexão sobre seus reais pontos positivos e negativos, e as formas como esses podem refletir na vida de toda uma sociedade.

A construção de uma visão ampliada e histórica, com relação ao conceito de educação a distância, se faz necessário nesse momento, pois quando falamos em tecnologias como elemento de intermediação dos processos de educação humana, nos referimos, a um conceito de tecnologia ainda mais amplo, cheio de possibilidades, que, quando vinculados a uma prática adequada e acima de tudo

ética em seus elementos políticos, sociais e econômicos na composição das relações humanas, podem contribuir significativamente, para a superação de muitos fatores responsáveis pelo grande abismo que ainda existe entre os incluídos e excluídos de nossa sociedade.

Dentro desta perspectiva, é do conhecimento de todo indivíduo meramente crítico, que o elemento tecnológico, se incorpora ao cenário educacional por caminhos quase sempre tortuosos, que possui como principal fator motivacional, o viés econômico. O que nos leva a compreender, que sua utilização nas práticas educativas, acontece quase sempre, por meio de adaptações. Adaptações essas que quando realizadas sem os critérios éticos necessários, podem acarretar sérios problemas ao processo educacional de uma sociedade. Pois o transplante equivocado, de uma dada tecnologia, método ou até mesmo conceito, para uma área específica como a educação, sem os devidos cuidados, pode acabar colocando essa, a serviço de interesses que fogem a principal finalidade da educação, que é a formação do ser humano para a vida, uma formação que seja capaz de alcançar ao máximo, todas as faces da formação de um indivíduo capaz de viver com respeito ao outro e a sociedade, de forma solidária e, acima de tudo, corporativa, em todas as possibilidades que beneficiem o bom desenvolvimento das relações justas em nossa sociedade.

Assim, relacionar a utilização atual desses elementos, a um surgimento histórico mais realista, pode nos ajudar a estabelecer uma relação mais plausível, e acima de tudo, mais aceitável do ponto e de vista ético e social, entre a sua verdadeira finalidade de educação a distância, e as suas atuais formas de utilização. Deste modo, acreditamos que estabelecer essa relação histórica, pode ajudar em muito, no norteamento que julgamos ser necessário vincular ao caminho traçado pela educação à distância, no atual momento da nossa história. Observando os principais momentos da educação a distância ao longo da história da nossa sociedade, verificamos, então, que alguns autores acreditam, que os primórdios da educação a distância, está ligada ao advento da escrita e desta ao seu principal suporte, o papel, esses elementos tecnológicos possibilitaram que os indivíduos pudessem ter acesso aos conhecimentos produzidos por outros povos, sem para isso fosse necessário está em contato com seu produtor. Isso possibilitou, que Platão (348 a.c), por exemplo, que difundia os seus ensinamentos e os de Sócrates, através das cartas, pudesse difundir seus ensinamentos a uma quantidade muito

maior de discípulos, e ainda permitir que indivíduos de outros momentos históricos diferentes do seu, tivessem acesso aos ensinamentos por ele construídos.

Outro fato histórico, que simboliza os primórdios da Educação a Distância, refere-se às Epístolas de Paulo, essas por sua vez, possui ainda, um caráter religioso em seu cerne, o que não altera muito a sua importância histórica, mas, no entanto, traz para essa leitura, elementos religiosos, que enriquecem ainda mais o tema em discussão, na medida em que nos faz subentender, que ensinamentos cristãos, foram em sua maioria difundidos, em caráter de educação à distância. No entanto, para tantos outros, a educação a distância, possui origem vinculada a ao ano de 1726, quando neste ano, foi publicado, pela “Gazeta de Boston”, o anúncio de um curso de taquigrafia a distância (NETO, 1995), algo totalmente inovador para os tempos datados. Para as formas institucionalizadas de educação a distância, alguns sugerem, que esta se deu em meados do século XIX, quando surgiram as primeiras escolas por correspondência, sobretudo, em países como os Estados Unidos, Suécia e Alemanha, que usavam essa modalidade de educação para fazer cursos de extensão em suas respectivas universidades (SARAIVA, 1996).

Já para o caso do Brasil, verificamos uma unanimidade, quanto a ideia de que a educação por aqui, possui uma forte ligação, com a figura do antropólogo Roquete Pinto, membro da Academia Brasileira de Ciências, e um dos principais criadores da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (BORDENAVE, 1987). Outro fator de relevante importância para a demarcação desse tema é o surgimento dos cursos feitos por correspondência, oferecidos pelo Instituto Universal Brasileiro, a partir do final da década de trinta (PRETI, 1996).

Desde os primeiros momentos dos programas *supracitados*, no início da década de vinte, até os anos oitenta, podemos observar a utilização maciça dos suportes impressos, do rádio, e principalmente, da televisão. No entanto, a partir desse momento, a coisa começa a mudar um pouco de configuração, pois nesse momento, se percebe um acentuado aumento da utilização da televisão, começam a entrar em cena, os novos elementos tecnológicos da microinformática, e desta ligada à rede mundial de telecomunicação. O surgimento desses vários elementos, que constituíram a formação da história da educação a distância no estado brasileiro, também fez surgir por parte do governo, um interesse muito acentuado pelo assunto, que por tais motivos, instituiu, em 1965, a criação da Comissão para Estudos e Planejamento da Radiodifusão e ao Programa Nacional de Teleducação

(PRONTEL), (PRETTI, 1996), que tinha como principal objetivo, fiscalizar as atividades desenvolvidas nessa área. Outro fator interessante a ser observado na implantação desses projetos, é o fato de que, quando são colocados para atender um grande público, esse geralmente fracassava, haja vista o Projeto Minerva, realizado na década de 1970 (ALONSO, 1996), que atendeu a uma quantidade expressiva de cursistas, mas no final, assegurou um ineficiência em seus objetivos, pois sua taxa de evasão era muito grande. Ou estão atrelados ao financiamento do capital estrangeiro, que ao serem retirados dos respectivos projetos, acabam colocando a continuidade dos mesmos em dúvidas.

Este foi o caso do Programa de Educação a Distância do Governo do Estado da Bahia (IRDEB), que enquanto funcionava a custo de agências financiadoras, desfrutou de certo êxito em suas atividades, mas ao perder tal financiamento teve o andamento de suas atividades comprometido (ALONSO, 1996). Porém, foi com a criação do Programa Salto Para o Futuro, da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, que observamos a elaboração de um conteúdo mais voltado para o auxílio ao professor em exercício, permitindo a esse, o acesso a uma ferramenta tecnológica que lhe fornecia possibilidades de promover sua própria formação continuada.

Sim, de fato, parece que esse parece ter sido um lapso de lucidez de nossos gestores, quanto à formatação das políticas nacionais voltadas para a área da educação a distância. Pois aqui, as possibilidades trazidas por esta forma de se fazer educação, parece assumir a face que mais lhe caiu bem, no uso histórico de suas atribuições em benefício da tarefa de educar em nossa sociedade.

É muito importante ressaltar aqui, que não estamos falando, apenas, dos seus benefícios, nem de seu uso apenas como uma ferramenta apresentada ao professor, como um elemento passível de pedagogização, onde o mesmo pode usar a seu bel prazer, e assim, manipular mais esse elemento, de forma equivocada, e de maneira viciosa, como tem acontecido, e transformá-la em mais um elemento rico em possibilidades, mas infelizmente obsoleto, por conta do seu uso indevido. Estamos falando de um elemento que traz um novo conceito de uso, e por isso merecia por parte de todos, uma melhor atenção. A fim de evitar que o mesmo viesse a se transformar em mais uma promessa frustrada de um elemento capaz de propiciar resultados aligeirados, satisfatórios e acima de tudo, baratos. O conceito de implantação da TV Escola, traz um uma nova vida a utilização dos elementos até

então utilizados, para se fazer educação a distância, pois a mesma conseguiu aliar possibilidades de formação, a um elemento tecnológico, que estabelece a junção entre a imagem e o discurso, de forma atemporal, ou seja, o professor pode, ou até mesmo o aluno, pode agora, armazenar suas aulas, em suportes de mídias de gravação, e remanejar os seus horários de estudo, da forma que achar mais viável. Alguns podem achar um tanto quanto contraditório, assumir uma opinião de otimismo, com relação ao uso dessa tecnologia, enquanto uso como ferramenta pedagógica, já que estamos desde o início, falando sobre cautela, no uso desses elementos na educação, no entanto, devo dizer que o ceticismo não é melhor caminho a seguir, e a educação não pode se dar ao luxo de se manter alheio aos movimentos inovadores que transformam a nossa sociedade diariamente.

O Projeto TV Escola, deve ser visto sob um olhar, que contemple essas prerrogativas, tendo em vista que o mesmo nasceu, com o objetivo de auxiliar o sistema educacional, tornando-se uma ferramenta de auxílio poderosa no aperfeiçoamento do fazer pedagógico, permitindo, que principalmente, os professores possam enriquecer suas práticas em sala de aula, e assim construam uma relação de cooperação com as tecnologias, onde o equilíbrio seja considerado o elemento imperante, e as relações de desintermediação do professor, pelas tecnologias, no fazer pedagógico diário, não se instalem. Ao menos esse era o discurso de nossos governantes, quando respirávamos os ares da recente implantação desse projeto, pelo Ministério da Educação.

É mister destacar

[...], também, um fato muito importante. O de que a TV Escola, passou já desde o ano passado, a ser um instrumento de integração de outros programas do Ministério da Educação. Refiro-me exclusivamente aos Parâmetros Curriculares Nacionais, que foram definidos pelo Ministério, aprovados pelo conselho, e hoje estão sendo veiculados pela TV Escola, treinando e atualizando os professores, com a metodologia, os princípios, os objetivos definidos por essa proposta curricular. Esse é o sentido que queremos dar a programação da nossa TV Escola. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

Pela extensão que permitimos ao tema TV Escola, talvez esse elemento, merecesse até um capítulo a parte. No entanto, não nos permitimos estabelecer tal estruturação textual, pois não julgamos ser necessário aqui, promover tamanha importância ao tema, já que a nossa principal incumbência nesse capítulo, é exatamente, a de estabelecer um histórico da educação a distância. E paralelo a

isso, dar uma ênfase a formação do seu conceito, conceito este, que se define historicamente, à medida que construímos e reconstruímos as nossas formas de fazer educação. No entanto, já que estamos falando em história da educação a distância, não pode nos esquecer, de que nesse contexto, a TV Escola, é um elemento, que no máximo, nos permite remeter ao presente, um presente que nasceu bastante promissor, mas que com o passar do tempo, nos trouxe um certo sentimento de inquietação quanto a incerteza do que poderá se transformar em um momento futuro breve.

A história tem nos mostrado, que a prática da educação a distância, atravessou ao longo desses tempos, várias transformações sociais, transformações essas, que trouxeram consigo, diversas modificações em todas as instâncias de formação da nossa sociedade. O que de forma inevitável, permitiu que nossa cultura se transformasse ao longo dos tempos. E a educação, como um elemento fundamental, desse processo histórico de transformação cultural, que transcende os tempos, não poderia passar ilesa em meio a todas essas transformações.

E dentro de tudo isso, observamos as transformações sofridas pela educação a distância, que ao longo de todo esse processo histórico, agregou valores e formas de utilização, que em muito foge ao nosso controle. Isso, porque compreendemos, que nem sempre a educação e as tecnologias está sempre a caminhar no mesmo sentido. No geral, podemos dizer, que enquanto uma está preocupada com a quantidade, e assim, sempre que surgem, visam sempre alcançar o máximo de pessoas, já que seu objetivo principal, é a obtenção do lucro; já a educação, pelo contrário, está sempre, ou pelo menos deveria está, na busca da qualidade, compreendendo, que este deve ser o principal fator a ser agregado a esse processo. Não queremos com isso, dizer, que a qualidade na educação, não pode vir aliada a um quantitativo, sem que para isso, perca tal qualidade, de fato o que expusemos, é apenas a realidade dos elementos em seu uso social. Mas a verdade, é que o processo histórico nos mostra, que salvo suas raras exceções, sempre que esses dois elementos se juntam no contexto educacional, os resultados são quase sempre aquém do esperado.

Na construção dos processos de educação à distância, essa realidade não tem sido diferente. Como a educação à distância, acontece, como resultante de um processo educativo, intermediado por algum elemento tecnológico, essa questão, estará sempre ajudando a compor os nossos questionamentos com relação ao

processo educativo de um modo geral e irrestrito. E a verdade, é que essas interrogações permanecerão, por muito tempo em nossas discussões e cerca de assuntos relacionados ao tema. O que, de fato, não se torna em fator negativo, pois sabemos que essa busca dos pontos positivos e em comum, dos elementos compositores das relações sociais são essenciais, para a construção de nossos avanços, enquanto seres em permanente transformação de sua própria existência, enquanto seres humanos incompletos e inacabados.

3.2 MÚLTIPLAS IDENTIDADES E DIVERSIDADES PRÓPRIAS

O fato, é que na educação brasileira como um todo, existe uma tendência muito forte, no sentido de adotar os mais diversos mecanismos da educação a distância, com a finalidade de usá-los como forma de preenchimento dessa grande lacuna existente em nossa sociedade, lacuna esta, provocada pela imensa fissura existente em nosso Sistema Nacional de Educação, onde os índices de escolarização e de defasagem na oferta e procura de vagas em nossas instituições de ensino, são gritantes, em todas as etapas do ensino público em nosso país, com uma atenção especial ao ensino superior, que nos últimos anos, e principalmente após os governos FHC, vem sofrendo seguidas investidas no sentido de aumentar o número de oferta de vagas e em contra partida, diminuir o valor de investimentos que seria necessário à execução de tal tarefa (NISKIER, 1999).

O modelo neoliberal de desenvolvimento, age de forma bem similar, não só na educação, mas em todas as instancias do serviço público, buscando a todo custo, desvalorizar o que é estatal, para mostrar que o mesmo não serve, e em seguida oferecer como solução a privatização, para nos obrigar a pagar pelo usufruto daquilo que por direito é nosso. É isso que está acontecendo com a educação superior no Brasil, essa está sofrendo um processo criminoso de desvalorização, pautado em fatores como a expansão das vagas e da diminuição do numero de professores, fato este, que ocasiona uma disparidade entre o número de professor por aluno, o que, conseqüentemente, ocasiona um declínio na qualidade da educação oferecida. E é dentro desse panorama que a educação a distância se apresenta como mais uma das ferramentas de obtenção de metas equivocadas estipuladas pelos nossos gestores educacionais e econômicos. Ao

longo da breve história dessa nação, vimos essa prática privatista, se transformar em um estigma sem precedentes, e sem perspectivas de interrupção, e o fato é que, se não construirmos uma resposta a essa ofensiva sobre o nosso Sistema Nacional de Educação, este será sem dúvidas, o momento histórico em que presenciaremos a construção de um processo sem volta, de desvalorização e privatização da única alternativa palpável, de emancipação, que ainda resta às populações que compõem as minorias de nossa sociedade.

Para termos uma ideia do total descaso com a educação brasileira, observemos os seguintes indicadores: o total de investimento do PIB, saltou de 3,9 por cento no ano 2000, para insignificantes 5,1 por cento em 2010, percentual bem distantes dos 10% almejados pelos movimentos sociais, e já aprovados por lei (Fonte: Agência Brasil). Essa significativa falta de investimento na educação está diretamente ligada a fatores como direcionamento de autos montantes do PIB, para o pagamento da dívida externa (50% do PIB), ou então, pela existência de numerosos mecanismos de corrupção, que impossibilitam que a grande maioria desses investimentos cheguem ao seu destino final, que é exatamente o estudante. Sabemos que analisar toda a complexidade em questão, apenas por esse ponto de vista, não seria suficiente, para que possamos compreender a atual situação em que se encontra o nosso Sistema Nacional de Educação, para tanto, outra questão muito importante para que possamos compreender os rumos a serem tomados pela educação em nosso país daqui para a frente, é entender de que forma se comportará a universidade nesse cenário, e principalmente entender sobre qual papel será desenvolvido por esta instituição em meio a esse processo. Para João Evangelista Neto (2006), a implementação desse processo resultará numa universidade desfigurada, descaracterizada como tal, transformada em escola de 3º grau', subtraída de suas funções sociais de produção e socialização do conhecimento científico, tecnológico e cultural. O que, grosso modo, simboliza enfaticamente, aquilo que defendemos, sobre o processo de desvalorização implementado a essa instituição. O fato é que podemos observar, tanto do interior desta instituição, quanto de suas ações externas, como estão cada dia mais frágeis os pilares que desde outrora, regem, ou pelo menos deveriam reger os caminhos dessa instituição.

Esse prognóstico projetado pelo autor, não foge muito a realidade atual da educação, que ao longo desses últimos anos, tem seguido a risca todas as

determinações em sua tarefa desenfreada, de enterrar nosso sistema de educação. Diferente disso, Niskier (1999), acredita que podemos orientar tais institutos ou escolas, para os cursos requeridos pela sociedade, mais curtos, menos burocratizados, com certificados como os que são fornecidos pelas nações pós-industrializadas. Segundo esse autor, essa será a melhor forma, de num regime de saudável competição, atender ao ambiente em processo de mudança. No entanto,

o discurso que justifica todas essas ações governamentais no campo da educação a distancia, retira toda a sua sustentação de um entusiasmo pela tecnologia, e de uma espécie de fé na capacidade dessas novas tecnologias, mudarem os destinos da educação nacional, o que, por sua vez, seria determinante, na superação das condições de dependência do país com relação ao sistema produtivo internacional (RISCAL, 2010, p. 60).

Para este autor, essa política atual de expansão da EAD no Brasil, possui uma semelhança muito forte com as políticas de expansão da escolarização brasileira da década de 1920, o que, de certa forma, a priori, nos dá uma ideia de que ambas possuem os mesmos pressupostos, na medida em que acreditam na mudança de sociedade, partindo primeiramente, da mudança do próprio indivíduo, o que nos dá uma conotação histórica dos acontecimentos atuais.

Definitivamente, observamos um ideal positivista, que diferente de uma minoria crítica que observa, com bastante respaldo, mas o fato, é que todas essas transformações, essa visão positivista, contagia, por algum motivo, também os nossos atores políticos, como podemos observar aqui, ainda na corrida eleitoral pelas eleições presidenciais do ano de 1994. Período de grande ascensão das ideias neoliberais no Estado Brasileiro, podemos testemunhar, dentre os eixos pragmáticos do programa de governo petista, por exemplo, uma projeção antagonicamente distinta, daquilo que observamos no atual cenário educacional brasileiro. Os projetos de campanha, ou até mesmo outras literaturas, mais informais, podem até sinalizar outras perspectivas, mas na prática, observamos sempre as mesmas ações. Analisemos então um trecho, do texto original do programa de governo do partido dos trabalhadores para o pleito eleitoral desse ano:

Um Programa Nacional de Educação a Distância seria implantado, com o objetivo de complementar a educação e a formação dos alunos. Além de assegurar a formação em serviço, dos educadores. Mas, adverte-se, que em nenhuma hipótese a educação a distância substituiria a diretriz de ampliação da oferta de vagas, nem o processo de aprendizagem apoiado na relação professor-aluno (CUNHA, 1995).

Parece mesmo, que temos de fato, uma memória muito curta, pois alguns anos se passaram, e estamos todos nós, sob a tutela daqueles que nos prometeram tantos avanços, nos ofertando preponderantemente contrários aos seus enunciados. Uma análise rápida sobre o funcionamento atual de nossas instituições educacionais nos possibilita uma ideia bastante clara de como isso se configura. E de como, aos poucos, ao longo dos últimos anos, as coisas ganharam a configuração atual.

Na Universidade atual, por exemplo, podemos observar de maneira bastante clara, a forma equivocada, como suas ações institucionais, ao serem executadas, acabam por produzirem certa contradição entre a finalidade histórica dessa instituição, e o seu atual perfil. Essa contradição pode ser observada, tanto em atividades que historicamente já existiam, e que de maneira tendenciosa, ao longo dos tempos, acabaram assumindo novas roupagens, em função de interesses ocultos, que sabemos, existem no entorno dessa instituição, ou então, podem ser produzidos, por novos elementos, que ainda não trazem no seu uso, uma ideia pré-definida, do resultado deste. E por este motivo, pode se tornar muito perigoso, do ponto de vista social, se por algum motivo, político ou econômico, esse, for utilizado de forma equivocada.

A educação é em si, um terreno muito fértil, para que possamos observar esse tipo de situação, pois fatores como a descontinuidade de políticas na área de educação e a mudança constante dos gestores, que provocam uma instabilidade, altamente prejudicial ao bom sedimento das boas ações implementadas, são elementos, que contribuem de maneira considerável, a implantação de novas políticas e pacotes aos quais ainda desconhecemos os possíveis resultados. Neste cenário, onde imperam propostas inconsistentes, e programas meramente eleitoreiros, notadamente, no meio educacional, parece que a educação a distância, foi predominantemente utilizada, e seu uso já chega a um nível tão elevado, que a nós resta apenas, a tarefa de evitar que essa, predomine ainda mais em um cenário, onde, pelo menos a principio, deveria atuar apenas como elemento coadjuvante.

3.3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA REALIDADE BRASILEIRA

Documentos da época nos mostram, que o primeiro acordo de cooperação para o setor educacional entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial, data de março de 1946. Este acordo refere-se à construção da Escola Técnica de Curitiba. Após um breve olhar sobre história da educação brasileira podemos sinalizar que esse foi um marco de entrada do Brasil em um caminho sem volta, rumo a uma alternativa equivocada, traçada por caminhos que definitivamente, nos levarão ao colapso de todo o nosso sistema, levando junto com ele nosso sistema educacional e todas as nossas possibilidades de emancipação política, econômica e humana.

Parece um exagero, falar dessa forma, mas, no entanto, foi exatamente isso, que determinou o Presidente do Brasil da época, ao assinar tal acordo. De lá para cá, o que observamos foi o desenrolar de sucessivos acordos entre o Brasil e as instituições financeiras vinculadas ao Banco Mundial, que implicaram na formação de uma relação servil e perversa, e infelizmente, cada dia mais estreita entre nossa nação e essa entidade. Infelizmente, nos dias atuais, isso parece não está diferente do produto final que os mais críticos poderiam projetar como resultante de tal relação. E o que vemos é uma intervenção cada dia mais forte, do setor econômico interno e externo, nas resoluções relacionadas ao setor educacional brasileiro. Agora, todas as decisões aqui tomadas, levam em relevância, não mais as necessidades sociais, mas sim, as necessidades mercantis de cada cenário vislumbrado. O que nos faz crer, cada dia mais, que a única finalidade da educação nesta atual sociedade brasileira, é a de suprir as necessidades do mercado, seja pra formar mão de obra, mercado consumidor de seus produtos, ou legitimar suas políticas e ideais.

Alguns autores acreditam que isso acontece nos dias de hoje, porque algumas decisões tomadas no passado determinaram que essa fosse à roupagem da educação em nossos dias. Uma roupagem diferente daquela que idealizamos, como fundamental as pretensões dessa nação, que é a de se tornar um país justo e menos desigual, para com os seus entes. Mas infelizmente, uma roupagem colocada como a única alternativa, a uma sociedade, que como nos conta a sua breve história, mais uma vez, se quer, foi convidada a participar das decisões referentes ao desenrolar do seu próprio futuro.

Vejam só o que disse o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, ainda no exercício do cargo, na década de 1960. Ao assumir, a presidência desta instituição, com a incumbência de revolucionar as relações entre o Banco mundial e seus novos clientes da periferia do mundo. Esse cidadão, ao assumir essa instituição, trazia novos conceitos, a serem incorporados a essa relação, e ao expor suas ideias sobre as políticas do Banco mundial para a educação, Robert dizia que

quantificar os benefícios econômicos que traz a construção de uma escola, não é tão fácil, quanto os de uma central hidrelétrica. Os economistas tentaram estabelecer métodos para quantificar a rentabilidade econômica dos investimentos e suas conclusões revelaram, que os lucros obtidos podem variar consideravelmente. A construção de uma faculdade de letras em uma região subdesenvolvida, pode supor perda total, mas o estabelecimento de uma escola secundária técnica em uma economia em expansão, que dispõe de capital, mas não de mão de obra qualificada necessária, pode trazer resultados satisfatórios. Cabe ao Bird, determinar, em cada caso, qual será o tipo de educação que contribuirá para o crescimento sólido, em consequência, o investimento mais apropriado. Não financiamos no passado e não financiaremos no futuro projetos educativos que não estejam ligados diretamente com o crescimento econômico. (MCNAMARA, 1974, p.118).

Ao analisar tais ideias da época, podemos ter uma noção nítida, das reais intenções dessa instituição, para com as economias periféricas do terceiro mundo. Pois, se a história nos diz, que esta instituição, ao nascer, nos Pós-Segunda Guerra, tinha como intenção principal, a reconstrução da Europa, então, totalmente devastada pelos combates do holocausto. Pelo menos a priori, isso não parecia ser mais sua finalidade principal. Pelo contrário, quando lançou suas investidas para os lados de cá, esta instituição se dedicava agora, em se tornar definitivamente, em mais um mecanismo de obtenção de domínio do império norte americano sobre as economias subdesenvolvidas.

Dentro de suas estratégias de dominação, estabelecidas pelas grandes ramificações de poder estrategicamente construídas, a definição dos caminhos a serem traçados pelos setores educacionais, parecia sempre se apresentar como elemento fundamental para obtenção de resultados satisfatórios. As palavras de seu maior expoente, no que se refere às estratégias políticas, nos dão pistas de que esse setor social se tornara a cada dia, o principal alvo das investidas comerciais do Banco Mundial junto as economias de terceiro mundo.

Com investidas cada dia mais sistemáticas, embasadas na implementação de empréstimos, que desencadearam na elaboração de projetos específicos, de

educação por nível de ensino, como por exemplo, o Projeto Nordeste, as relações entre o governo brasileiro e essa instituição, possui um teor estritamente comercial, onde as exigências de metas estipuladas por parte do BM, eram inquestionáveis, seguidas a risca por parte do governo brasileiro, sendo que o contrário, tornar-se-ia passível de severas punições financeiras. Na verdade, o que observamos nessa relação, é um tratamento indiscutivelmente econômico, onde a sociedade brasileira é vista apenas como um grande e promissor mercado consumidor e produtor de mão de obra barata e concernente de qualificação aligeirada e passiva.

É importante frisar, que a indústria da educação, normalmente entre as maiores empregadoras de qualquer país, é uma das poucas que ainda não sofreram uma revolução tecnológica. Precisamos retirá-la do estágio artesanal. Dada a terrível insuficiência que tende a agravar-se, de professores qualificados, é preciso encontrar os meios de aumentar a produtividade dos bons professores. Isso incluirá investimentos em bons livros didáticos, em materiais audiovisuais, e sobretudo, no emprego de técnicas modernas de rádio, filmes e televisão no ensino.(MCNAMARA, 1974, p.11)

Nesse trecho de seus discursos, podemos observar vários elementos de enorme valia, para a análise dos caminhos tomados pela educação brasileira nos últimos anos, sob o crivo do BM, mas sem dúvidas, analisando esta realidade atual, e sabendo acima de tudo, quais são suas principais tendências no que diz respeito a tal revolução tecnológica, sugerida, sobretudo no que diz respeito ao ensino superior, que é o que se encontra atualmente em maior evidência, não hesitamos, em apontar para a ideia de que esta revolução, tendenciosamente sugerida, passa pela legitimação cada dia mais inevitável, dos elementos de implementação em larga escala, dos elementos que favorecem a doção do modelo de educação em caráter a distancia, sendo este, inevitavelmente, ligado a uma massiva importação de tecnologias, conceitos e principalmente, empréstimos financeiros oriundos dos membros do BM primeiro mundo.

Por se tratar do ano de 1974, automaticamente, os elementos tecnológicos sugeridos, para inovação do setor educacional, contemplam as possibilidades contemporâneas deste setor, no entanto, nas entrelinhas desse enunciado, já é possível perceber também, a tendência oculta existente no interior das políticas e reformulações sugeridas ao nosso setor educacional, pelas corporações financeiras encabeçadas pelo Banco Mundial. Reformulações, que foram ao longo dos anos, minando as forças da sociedade civil, e sufocando todas as tentativas de

emancipação e autonomia na tomada de decisões a respeito dos rumos da educação nacional.

Uma das formas de exemplificação dessa intervenção sorrateira, mas não menos bem sucedida, dessas instituições, podemos ver de forma bem evidente, na maneira como os esforços no fomento a educação a distância vem ganhando força nos últimos anos, no cenário brasileiro. Embasados, principalmente, na explícita posição de inferioridade, com que as autoridades brasileiras, sentam a mesa, com os órgãos financeiros internacionais, para discutir os termos de implantação das políticas do setor educacional. Podemos assumir a ótica, de que essa tendência, no sentido de substituir os moldes de fazer educação superior no Brasil, é advinda de determinações externas. Se sentir no direito de indagar, sobre as reais finalidades dessa migração gradual que observamos na educação brasileira, onde, de maneira ainda pouco consciente do ponto de vista macro das relações sociais, não conseguimos ainda compreender de fato, o que existe por trás dessa escolha, é sem dúvidas um ponto de interrogação facultado a todo cidadão.

Observamos que, enquanto em alguns lugares, como Reino Unido e Hong Kong, por exemplo, a opção pelo ingresso em um curso de modalidade EAD, acontece por motivo como, falta de tempo, aliado a media de idade alta desse público egresso, que geralmente tem que dividir esse tempo, entre a formação e os afazeres vinculados a uma vida familiar cheia de tarefas. No Brasil, e em outros países periféricos, observamos outro perfil, para a formação desse público adepto a EAD, aqui, estranhamente, a maioria dos estudantes que optam pelo ingresso em um curso superior na modalidade EAD, o fazem, porque o modelo de estruturação do sistema educacional brasileiro, o obriga a fazer isso. Nos últimos anos, podemos observar, na realidade brasileira, o crescimento sistemático da disparidade entre o número de vagas presenciais, e em modalidade EAD, ofertados na educação pública nacional. Enquanto que na educação a distância, a relação candidato\vaga é de 0,35, na modalidade presencial, essa relação está em torno de sete candidatos por vaga. (Universidade e Sociedade, 2010, p.34). Tais dados nos suscitam a ideia de que existe uma forte intencionalidade, em nossas políticas educacionais no sentido de fomentar aquela, em detrimento do enfornamento intencional dessa.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de ascensão do modelo de educação neoliberal, onde todas as instâncias de organização da sociedade encontram-se submetidas aos tentáculos de um sistema econômico, que tem por finalidade única e exclusiva, a aquisição desenfreada de lucros econômicos, onde os valores sociais que deveriam funcionar como bases de sustentação de uma sociedade igualitária e justa para todos, são deixados em segundo plano, em favor, de um modelo social cristalizado, que privilegia os números econômicos em detrimento de conquistas sociais primárias, cabe a todos os indivíduos dessa realidade social hostil a qual estamos submetidos, olhar sempre com bastante cautela e desconfiança, para todos os pacotes de soluções mágicas oferecidas como resolução dos nossos problemas crônicos e históricos.

No entanto, em meio à formação dessa consciência crítica necessária à análise e tomada de decisão frente aos fatores que definem nossas formas de organização na sociedade, não podemos deixar de considerar, que tal busca desenfreada de obtenção de lucros financeiros, de aprimoramento das ferramentas tecnológicas, de obtenção desses resultados almejados, implicam muitas vezes na obtenção de produtos resultantes, que no geral acabam por produzir dualismos quanto às possibilidades de seu uso. E nesse cenário, as tecnologias digitais, doravante alicerçadas nas possibilidades da microinformática e da junção dessas a ascensão da comunicação em rede, se encaixam de forma singular.

Sabemos, que nunca antes na história da humanidade, observamos uma revolução em termos tecnológicos, tão imprevisível, e tão capaz de construir e nos oferecer tantas incógnitas quanto aos resultados obtidos por ações pautadas em suas infinitas possibilidades. Por isso, não queremos de forma alguma, construir um discurso de aversão aos avanços tecnológicos na educação, ou em qualquer outra área da sociedade, apenas pela observação de uma experiência que na prática se mostrou equivocada, pois sabemos que nenhuma tecnologia é neutra, e que a tecnologia em se, e de forma isolada não vai produzir nenhuma grande alteração apenas pelo simples fato de existir. Porém, de todo modo não se pode desconsiderar as alterações sociais provocadas pela sua pura e simples existência. No entanto, o fator que nos apegamos nessa discussão, remete prioritariamente, ao seu uso, e as consequentes prerrogativas prometidas por este uso, já que nesse

momento histórico, o mesmo aparece como um dos carros chefe da política de expansão do ensino em nosso país, sobretudo, no que se refere ao ensino superior. Com isso, acreditamos antes de tudo, que construir uma criticidade, que leve em conta, esses elementos, para que assim, possamos então, defender uma alternativa viável, capaz de fazer frente a esse modelo de educação de caráter neoliberal que está aí, sendo implantado, implica antes de tudo, na superação dessa mentalidade corrompida pelas velhas logorréias de aparência inofensiva que desde outrora nos alienam e nos enquadram como ativistas ferrenhos desse modelo de desenvolvimento falido, e nos transformam em ativistas e mantenedores do status quo de uma sociedade injusta e desigual, que traz em seu modelo de desenvolvimento, o cerne de sua própria destruição.

Esse e outros elementos nos alertam, para o fato de que enveredar-se pelos caminhos da legitimação desenfreada, das possibilidades apresentadas pela modalidade de educação à distância, levando em conta, sua atual arquitetura, onde o uso das tecnologias em moldes digitais tem sido bastante fomentado, pode ser um caminhar sem volta em direção a adoção de um conceito de educação, pouco debatido socialmente, mas, muito difundido economicamente. Acreditamos que muitos ainda serão os debates e embates em várias instâncias, antes que possamos estabelecer de forma clara e transparente, sobre quais caminhos devem tomar a educação na contemporaneidade. Para tanto, queimar etapas de um debate em torno de discussões tão primordiais ao bem estar social, não é a melhor solução para os nossos problemas educacionais. A aquisição de um modelo de educação que seja capaz de contemplar de forma ampla e qualificada as várias instância da emancipação humana, não devem levar em conta apenas os índices econômicos do mercado, nem tão pouco, a ganância desenfreada de um mercado internacional sedento por obtenção de lucros e expansão de fronteira.

Sendo assim, acreditamos que a inclusão e o acesso da maioria excluída a esses avanços tecnológicos e sociais, e, sobretudo a educação, devem ser conduzidos em conjunto a uma série de questões importantes, que se encontram atrelada a esse cenário de exclusão digital contextualizado pela importância dada ao tema em nosso atual momento histórico. Apenas dessa forma será possível conceber uma efetiva transcendência frente a uma discussão que se põe de forma tão restrita e fechada em um espaço idealizado e alheio a toda uma realidade social,

onde inúmeras outras mazelas sociais que nos impossibilitam de ter acesso aos direitos humanos fundamentais mais básicos são deixados de lado.

Em tempos de expansão desenfreados dos valores duvidosos que impulsionam a expansão da educação superior, por exemplo, onde importa muito mais a quantidade de vagas oferecidas, que a qualidade dessa expansão, em um cenário comandado por indivíduos que parecem desconhecer a conjunção entre quantidade e qualidade, devemos nos tornar cada vez mais, indivíduos críticos e fiscalizadores dessa política econômica aviltada em seus valores sociais, e que se esconde em cortinas de fumaça, disfarçadas em políticas educacionais, mas de fato, na essência, servem apenas aos interesses do grande poder econômico, que através de seus órgãos e agências reguladoras de decisões mundiais, insensíveis e alheias a quaisquer peculiaridades dos mais diversos territórios do globo terrestre, ditam e determinam o que devemos ou não fazer com as nossas políticas nacionais.

Compreendemos, que é necessário entender que este modelo de educação, que ai está, e que à séculos somos submetidos, necessita de uma transformação, no sentido de permitir que este adapte-se a nova conjuntura sócio-educacional da sociedade contemporânea. Porém, sabemos que isso não deve jamais implicar em uma substituição completa dos moldes até então utilizados, por uma nova leva de técnicas e métodos, baseados em uma revolução tecnológica que ainda não podemos medir as possíveis proporções e impactos de suas ações.

O fato, é que em meio a todo esse fenômeno, não podemos descuidar em só instante de compreender a funcionalidade social dos elementos agregados a esse processo, caso contrário, não estaremos exercendo nosso verdadeiro papel de seres críticos e formadores de opinião. Afinal de contas, somos professores, e na estrutura social, na qual nos encontramos inseridos, ninguém poderia desenvolver melhor tal papel.

Só assim, podemos então dar início de fato, a ações que agregadas aos avanços tecnológicos alcançados pela sociedade, contribuam verdadeiramente a uma democratização do acesso as tecnologias disponíveis, e, sobretudo, a educação, das quais estão quase sempre marginalizadas, todas as minorias sociais que compõem a nossa sociedade. Se continuarmos vivendo alheio a tudo isso, estaremos agindo no sentido contrário aos verdadeiros interesses sociais. Por isso, se permitir, participar de um processo social, que use a educação como mecanismo meramente econômico mesmo que de forma alienada, já se traduz em uma ação

pouco aceitável, tendo em vista a urgência de ações críticas nessa direção, acreditamos que tomar consciência da conjuntura que se forma nesse cenário, e não se posicionar é algo que não podemos nos permitir.

Não temos a intenção de estabelecer, receitas prontas, de como devemos ou não conduzir os processos educativos nesse novo contexto, nem tão pouco, defender como verdade absoluta, as características que julgamos serem importantes ao bom desenvolvimento de tal processo. Muito pelo contrário, nossos esforços se apresentam apenas no sentido de estabelecer uma relação de estreiteza, entre a nossa prática social, enquanto indivíduos ativos e atuantes em nossa sociedade, e as possíveis consequências provocadas por essas práticas e ações, sobretudo, no tocante a introdução desses novos elementos que norteiam as novas formas de se fazer educação a distância, já que esta se apresenta com forte influência nas transformações estruturais sofridas pela organização do novo contexto educacional brasileiro. A maioria dos programas de expansão de nossas universidades encontra-se alinhado a essa direção, e não nos deixam mentir. Pois, sabemos, que no campo da educação, mais que em qualquer outro âmbito, das nossas relações sociais, o resultado de nossas ações é quase sempre irreversível, e esse fator, atenuado por diagnosticado tardio e danos quase sempre irremediáveis, nos induzem a chamar a atenção para a necessidade ainda mais acentuada, de uma prudência no sentido de colocar em prática, políticas públicas que definem esses elementos. Pois um passo dado em falso nesse cenário pode provocar resultados irreversíveis a longo e médio prazo, a toda uma sociedade, sem jamais permitir a essa uma nova chance de corrigir tais erros.

Assim como vivemos várias interrogações na atualidade, sobre as formas mais adequadas de utilização de todas as nossas formas de exercer nossas práticas sociais, sobretudo as educativas, nem sempre sabemos ao certo, quais são os reais parâmetros a serem seguidos, para que possamos alcançar o êxito desejado em nossa tarefa histórica de educar nossos descendentes. No entanto, sabemos que dar continuidade a tal tarefa, é preciso, e para isso, julgamos precisar de um elevado nível de bom senso, que nos possibilite, enquanto indivíduos históricos, usar essas heranças históricas, em prol do bem está do coletivo, a fim de que assim, possamos então deixar como herança, para nossas gerações vindouras, os exemplos necessários à construção de uma reflexão atemporal, necessária a prática educativa.

Para tanto, ousar ir além dessa perspectiva nociva ao coletivo, que se fundamenta em pilares de uma sociedade, totalmente despreparada, para seguir em frente, e possibilitar ao seu ente, uma perspectiva além dessa que está posta, significa acreditar numa ação que valorize a formação do indivíduo no seu todo, de maneira integral, onde possamos considerar o termo em seu real sentido, de integridade, corporificado em uma ação educativa que seja capaz de ensinar as técnicas, mas também seja capaz de permitir que o mesmo tenha acesso as políticas publicas que o permitam acessar todos os seus direitos enquanto cidadão, e acima de tudo, seja capaz de conceber a esse indivíduo, uma formação política, que possibilite ao mesmo, desenvolver uma consciência crítica com relação ao processo social que engloba essa nova relação entre a educação e todas as possibilidades tecnológicas, políticas e econômicas, uma formação que possibilite ao indivíduo social, compreender seu papel nessa nova conjuntura que se apresenta, para que dessa maneira, possa definitivamente se situar frente a essa nova realidade forjada pelo acirramento cada vez mais inevitável das regras econômicas dessa sociedade ocidental de consumo, atualmente alicerçada em elementos como de caráter estritamente econômicos, e assim, finalmente se tornar capaz de contribuir para a construção do conhecimento universal e coletivo de forma crítica e solidária.

Acreditamos, que de tudo isso, fica cada vez mais lúcida, a certeza de que o melhor caminho a seguir nesse processo seria o da busca de construção de um caminho do meio, caminho este, que deve ter como principal mérito, a capacidade de agregar em um único processo, o velho e o novo, o tradicional e o inovador, de forma indistinta, e sem interesses terceiros, um processo, que deve ter como principal motivação, a busca de melhoria da qualidade da educação, de seus benefícios sociais agregados, e destes oferecidos a uma quantidade cada vez maior de seres humanos ainda excluídos a alheios a todos os direitos primários fundamentais, uma educação que possa usar todos os elementos salutareos possíveis, necessários a otimização de nossos processos educativos, e que acima de tudo, compreenda o sujeito como o protagonista, permitindo a este, todas as possibilidades de crescimento pessoal e sobretudo humano.

Por isso, a argumentação que construímos aqui, passa antes de tudo, pela busca de um equilíbrio necessário a dosagem dos elementos que compõem essa relação, não tão nova, mas sempre imbuída de novos elementos tecnológicos,

sociais e humanos, elementos estes, que tem se mostrado decisivos ao norteamento dos processos educativos em nossa sociedade.

A educação não pode se tornar refém de qualquer que seja o elemento, seja ele inovador dos processos ou não. Por isso, acreditamos, que a preconização de tal acontecimento, é fator preponderante, a certeza de que os elementos envolvidos nesse processo, estão único e exclusivamente, trabalhando no sentido de contribuir para a decadência dos nossos avanços já conquistados nessa área.

É necessário que possamos compreender que o surgimento da internet, simboliza antes de tudo, uma revolução, seja nas relações sociais, nos processos econômicos ou no contexto educacional. Tal fator, implica que, em tratarmos como tal, o que significa dizer, que se estamos em frente a uma revolução, em algo sem precedentes, é necessário então, re-evoluir também, a ponto, de enxergarmos, que vivemos atualmente, um novo momento histórico, principalmente no campo educacional, onde presenciamos novas práticas, novas elementos tecnológicos e novas formas de fazer educação, portanto diante disso, acreditamos que é dado um momento, em que se faz necessário, a adoção de uma nova ótica frente a esse cenário, tão desafiador, e tão improvável em suas possibilidades, ou estaremos fadados a repetir as velhas práticas e os velhos erros, que só nos levarão, a resultados já alcançados, e a frustrações historicamente já repetidas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Lynn Rosalina Gama. Novas Tecnologias: instrumento, ferramenta ou elementos estruturantes de um novo pensar? **Revista da FAEEBA**, Salvador, p. 141-152, 1998. Disponível em: < <http://goo.gl/ka9OK>>. Acesso em: 27 set. 2011.
- BONILLA, Maria Helena. **Escola Aprendente**: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **Teleducação ou Educação a Distância**: fundamentos e métodos. Petrópolis: Vozes, 1987.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação Brasileira**: Lula x FHC na campanha eleitoral. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção leitura).
- FREITAS, K. S. de. **Um panorama geral sobre a história do ensino a distância**. [S.l.]: UFBA. Disponível em: < <http://goo.gl/gCJI1>>. Acesso em: 17 de maio 2012.
- GOVEIA, L; GAIO, S. (Org.). **Sociedade da informação**: balanço e oportunidades. . [S.l.]: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/2LLDL>>. Acesso em: 06 mar. 2012.
- KATO, BG; DOS SANTOS, A.S e MARTINS, TB: Da EAD a UAB. In: FLORESTA, Maria das Graças Soares; SILVA JUNIOR, João dos Reis; SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Educação a distância**: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Xamã, 2010.
- KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.
- MCNAMARA, Robert. **Cem países, dois bilhões de seres**: a dimensão do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: **teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. **Dois Anos de TV Escola**. Brasília: Domínio Público, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/bkBXz>>. Acesso em: 04 de maio 2012.
- MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHNITMAN, N. D. F (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- NETO, E. João. **A dialética do virtual**. [S.l.]: Controversia, 2010. Disponível em: < <http://goo.gl/1y1MQ>>. Acesso em: 04 de maio 2012.

OLIVEIRA, Gleyva Maria Simões de. **A educação a distância no contexto educacional brasileiro**. [S.l.]: NEAD/UFMT, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/kNT7O>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

PRETI, Oreste. Educação a Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: _____. (Org.). **Educação a Distância**: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: EDUFMT, 1996.

PRETTO, Nelson de Luca; PINTO, Cláudio da Costa. Tecnologias e novas educações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/uqrhk>>. Acesso em 01 set. 2012.

PRETTO, Nelson de Lucca: **Tecnologia e Novas Educações**. Salvador: EDUFBA, 2005.

PRETTO, Nelson de Lucca; SILVEIRA, Sergio Amadeu. **Além das Redes de colaboração**. Salvador: EDUFBA, 2008.

RISCAL, Sandra Maria. A Educação Solitária. In: FLORESTA, Maria das Graças Soares; SILVA JUNIOR, João dos Reis; SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. **Educação a distância**: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Xamã, 2010.

SARAIVA, Terezinha. Educação a distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 70, abr./jun. 1996, p. 17-27. Disponível em: <<http://goo.gl/8taaC>>. Acesso em: 30 maio 2012.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. et al. **Comunicação digital e a construção do commons**: redes virais, espectro abertos e as novas possibilidades de regulação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

TEDESCO, Juan Carlos. **Educação e novas tecnologias**: esperança ou incerteza? Brasília: Cortez, 2004.
